

LUÍS NASSIF

A história olha o presente

Folha de S. Paulo, 5 de junho de 2005.

O funcionário público de carreira dr. Ernane Galvêas tem um recado para os funcionários públicos provisórios que dirigem o Banco Central: parem enquanto é tempo.

Dr. Galvêas está com 82 anos, inteiro, lúcido. Queixa-se de que sua memória começou a falhar, depois de não se lembrar do nome de alguém não particularmente relevante, após me relembrar, com riqueza de detalhes, aspectos relevantes da história do país.

Dr. Galvêas entrou para o serviço público em 1942, com apenas 20 anos, prestando concurso para o Banco do Brasil, e participou de cara da reforma monetária do primeiro governo Vargas.

Depois, foi para a Sumoc (Superintendência da Moeda e do Crédito), a precursora do Banco Central. Testemunhou a crise da dissipação das reservas no governo Dutra, acompanhou a compra de ativos ingleses no pós-guerra, uma operação desastrosa para as contas públicas pela falta de bons negociadores no governo.

Acompanhou de perto a crise cambial do segundo governo Vargas. Considera que o Brasil moderno começou a ser modelado por JK. Por meio de grande pragmatismo, em uma época em que escasseavam dólares no mundo, Juscelino conseguiu atrair indústrias européias, que trouxeram máquinas, sem necessidade de trazer dólares. Testemunhou quando Roberto Campos alertou JK sobre o câmbio. Quando as indústrias começarem a produzir, vão importar insumos e remeter dividendos. Tinha que desvalorizar o câmbio.

JK manteve a paridade por quatro anos, 100 cruzeiros por dólar. Deixou o governo com o país devendo US\$ 300 milhões para as empresas petrolíferas, US\$ 400 milhões de PVCs (Promessa de Vendas de Câmbio, que os importadores adquiriam nas Bolsas de Valores) e US\$ 300 milhões de atrasados comerciais.

Testemunhou o lance de pura ousadia de Jânio Quadros com a instrução 204 da Sumoc (que ele, Galvêas, ajudou a escrever), acabando com as categorias de câmbio e desvalorizando o cruzeiro em 100%. Acompanhou a enorme esperança despertada por Jânio e, em seguida, a loucura que o dominou, imaginando-se um novo Tito (o ditador da Iugoslávia).

No governo Figueiredo, tornou-se ministro da Fazenda e foi o principal responsável pelas negociações da dívida externa brasileira -na grande crise deflagrada pela alta do petróleo e dos juros de Ronald Reagan. Recorda-se bem de Tony Gebauer, o venezuelano que chegou a dirigir o Morgan, o principal articulador do acordo com os credores, e que, anos depois, terminou preso quando se deu mal com operações especulativas.

Do alto da sua experiência, dr. Galvêas avisa: as taxas de juros do Banco Central têm um efeito deletério sobre as contas públicas altamente deficitárias e sobre a taxa de câmbio.

Com a experiência de quem sabe co-relacionar as variáveis econômicas que importam, dr. Galvêas percebe que os juros atraem recursos externos, que paradoxalmente expandem o crédito interno. Portanto, uma total falta de consistência e racionalidade, diz ele.

Os empresários, de modo geral, criticam acerbamente a política do Banco Central. Quem deveria estar criticando é o ministro Palocci, que já não sabe onde buscar recursos para pagar os juros com que o Banco Central sobrecarrega a dívida pública e anula a política fiscal, diz ele.

Ele não acredita que os diretores do BC acreditem que a taxa de juros combate a inflação. No

fundo, eles estão com medo de a taxa real (descontada a inflação) cair para um nível tal que não consigam rolar mais a dívida.

Por conta própria, o dr. Galvêas consultou presidentes de bancos. Eles lhe perguntaram: o que o senhor faria? Ele respondeu: baixaria da noite para o dia os juros para 14% ou 15% ao ano. E eles: mas aí haveria um pandemônio. E Galvêas: a 14% ao ano vocês deixariam de aplicar em títulos públicos? E eles: é claro que não, e ainda teríamos um bom ganho. E ele, com a sabedoria da experiência e da idade: então, não haverá pandemônio.